

004ª AUDIÊNCIA PÚBLICA 17JUN2019

Pauta: Migração no Município de Porto Alegre

MESTRE DE CERIMÔNIAS ANDRÉIA OLIVEIRA: (19h25min) Boa noite, senhoras e senhores. Passo a ler o edital (Lê.): “Audiência Pública com o objetivo de debater sobre a migração no Município de Porto Alegre. A Presidente da Câmara Municipal de Porto Alegre, no uso de suas atribuições legais, convida a comunidade porto-alegrense para a Audiência Pública a ocorrer no dia 17 de junho de 2019, às 19h, no Plenário Otávio Rocha da Câmara Municipal de Porto Alegre, localizado na Av. Loureiro da Silva, nº 255, nesta capital, com o objetivo de debater o tema acima referido. Gabinete da Presidência, 30 de maio de 2019. Vereadora Mônica Leal, Presidente”.

Convidamos para compor a Mesa desta audiência pública o Ver. Marcelo Sgarbossa, Presidente desta audiência; Sr. Dari Pereira, representante da Prefeitura Municipal de Porto Alegre, diretor de Direitos Humanos da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e Esporte; Sr. Mario Fuentes e Sr. Elton Bozzeto, representantes do Fórum Permanente de Mobilidade Humana; Sr. Mor Ndiaye, representante da Associação de Senegaleses de Porto Alegre; Sra. Maysar Hassan Ali, vice-presidente da Sociedade Árabe Palestina da Grande Porto Alegre; Sra. Reginete Bispo, consulesa do Senegal. Prestigiam esta audiência pública os vereadores Alvoni Medina e Aldacir Oliboni.

Agora passamos a condução dos trabalhos para o Presidente desta audiência pública, Ver. Marcelo Sgarbossa.

PRESIDENTE MARCELO SGARBOSSA (PT): Boa noite a todos e todas. Declaramos aberta esta audiência pública proposta pelo Fórum Permanente de Mobilidade Humana, com a presença dos vereadores Aldacir Oliboni e Alvoni Medina, que encaminharam o pedido juntamente com o Fórum para a realização desta audiência pública. Primeiro, quero dizer que é uma honra muito grande presidir esta audiência, é a primeira vez que faço isso apesar de estar nesta Casa já há oito anos. É com muita honra e muito orgulho que faço esta presidência, que deve seguir o ritual previsto para as audiências públicas. As audiências públicas seguem um rito que temos pouca margem para alterar.

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
004ª Audiência Pública 17JUN2019
.Pauta: Migração no Município de Porto Alegre

Nós faremos as falas dos componentes da Mesa, das instituições aqui representadas. Faço um adendo à apresentação da Reginete Bispo, consulesa do Senegal, que também representa a senadora Cleonice, suplente do senador Paulo Paim.

Vamos abrir para as falas da Mesa, e as pessoas que quiserem falar pelo tempo de cinco minutos podem se inscrever com a Diretoria Legislativa, diretor Luiz Afonso. São apenas dez inscrições além dos componentes da Mesa.

É com muita honra que recebemos a todas e a todos. Eu acho que o convite, que vocês aceitaram, de sentar aqui. Acho que o convite que vocês aceitaram de sentar nestas cadeiras do Parlamento Municipal já simboliza que uma cidade como Porto Alegre, um estado como o Rio Grande do Sul e um país como o Brasil devem estar sempre abertos para acolher as pessoas que vêm dos mais variados destinos. Lembrando que, no ano de 2018, foram, pelo menos, 52 nacionalidades que chegaram em Porto Alegre. Talvez algumas nacionalidades sequer tenham procurado os órgãos de acolhimento, os órgãos responsáveis por tratar do acolhimento das pessoas que vêm, sejam migrantes, sejam refugiados. Isso mostra a riqueza de culturas que chega na nossa cidade, portanto temos que ter uma postura de acolhimento e entender que se trata de uma riqueza – repetindo a palavra –, e que essa troca intercultural só fará bem a Porto Alegre, ao Rio Grande do Sul e ao Brasil.

O Sr. Mario Fuentes, representante do Fórum Permanente de Mobilidade Humana, está com a palavra.

SR. MARIO JAIME FUENTES BARBA: Boa noite a todos. Agradeço, mais uma vez, a oportunidade do espaço ao Ver. Marcelo Sgarbossa, ao Ver. Alvoní Medina, ao Ver. Aldacir Oliboni, aos companheiros do Fórum Permanente e aos companheiros migrantes em geral. Na verdade, eu venho tendo muita preocupação, porque estou acompanhando, quase diariamente, uma migração que está com um fluxo cada vez maior no Município de Porto Alegre, estou falando principalmente dos migrantes venezuelanos. O que nós queremos é chamar atenção do Poder Público Municipal, neste caso, para a necessidade de várias ações. Uma delas é uma estrutura de acolhimento, porque não tem, no Município, onde colocar pessoas que, realmente, não têm condições de pagar um hotel, de pagar um prato de comida. Estou falando também de pessoas que... Desculpem, esqueci de desligar o celular. Essa preocupação que estou vivendo já é diária. Ao mesmo

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
004ª Audiência Pública 17JUN2019
.Pauta: Migração no Município de Porto Alegre

tempo, encontro pessoas solidárias, pessoas anônimas, instituições, mas agora temos esta oportunidade de propor e de receber atenção efetiva do Município, daquilo que nós estamos propondo há bastante tempo. Para tanto, nós estamos com um plano municipal, uma política pública que compreende o que eu chamo de quatro pilares principais para sustentar esse plano. Seriam aquilo que disse primeiro: uma estrutura de acolhimento, um fundo municipal, considerando as dificuldades financeiras do Município; um centro de referência e um conselho de migrações. Seriam esses os principais. Eu creio que, através desse plano, da instituição dessa política, nós vamos conseguir também ter uma estrutura melhor de como ter um controle melhor. E me preocupa muito essa migração decorrente do plano de interiorização. Percebo que há falhas importantes no plano de interiorização, e muitas famílias estão com uma situação bem precária e não têm um acompanhamento mais próximo do poder público, isso que estou falando de pessoas que estão morando no município de Canoas, mas se reflete também no Município de Porto Alegre. Com relação a essa migração recente, tem aqueles que estão vindo por sua conta e outros imigrantes que estão precisando da ajuda das organizações e até do próprio governo federal lá no Estado de Roraima, em Boa Vista, em Pacaraima, mas que também não têm um acompanhamento, não há um reporte para o Município para onde estão indo. Eles têm a passagem garantida, mas o resto não está garantido, a Prefeitura não tem esse controle. Mas tem a rede de acolhimento das instituições, por exemplo, o CIBAI, a Cáritas, outras organizações e agora novos atores estão se somando em vista dessa demanda, estou falando das igrejas evangélicas. Se não fosse o mover dessas instituições, eu creio que estaria num descontrole essa migração. Muito obrigado.

PRESIDENTE MARCELO SGARBOSSA (PT): Obrigado. O Mario já deixa sugestões concretas: a estrutura de acolhimento, o fundo municipal, o centro de referência, são temas que depois talvez o Dari, que representa o Município de Porto Alegre, pode dar alguma noção de a quantas anda essas ideias que o Mario sempre coloca nas suas intervenções públicas.

O Sr. Elton Bozzeto, do Fórum Permanente de Mobilidade Humana, está com a palavra.

SR. ELTON BOZZETO: Boa noite, Ver. Marcelo, obrigado por esta oportunidade que a Câmara de Vereadores nos concede para discutirmos a política e a necessidade de

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
004ª Audiência Pública 17JUN2019
.Pauta: Migração no Município de Porto Alegre

política pública migratória para a cidade de Porto Alegre. Ver. Oliboni, Ver. Medina, é bom que a gente sinta a presença de vocês, porque vocês são a voz da comunidade aqui na Câmara de Vereadores, e almejamos que vocês assumam conosco essa luta, que é antiga, boa e cada vez mais necessária em função dos números que apontam para o avanço da migração e da situação de refúgio no mundo. Hoje são 261 milhões de pessoas que estão fora de sua pátria em nosso planeta, exigindo de cada nação e exigindo de nós, sociedade, sobretudo, que tenhamos coragem de acolhê-los, protegê-los e integrá-los em nossa atividade. Integração como a Paróquia Santa Clara e a comunidade da Lomba do Pinheiro, representada aqui pelo Frei João Osmar, faz tão bem aos migrantes, especialmente os haitianos e a comunidades de outras etnias que vivem na Lomba do Pinheiro. Ver. Marcelo, gostaria de trazer duas ou três contribuições para este nosso debate. A primeira delas, apenas uma complementação de um dos itens que o Mario reclamava, da parte do Fórum, é: nós temos coragem de, Dr. Dari, criarmos em Porto Alegre um plano de atendimento ao migrante. Desde que nós começamos a organização do Fórum, está aí o Prof. Jurandir Zamberlam, no ano de 2011, nas primeiras reuniões do Fórum Permanente de Mobilidade nós dialogávamos com a municipalidade para termos um plano de atendimento a migrantes que contemplasse a acolhida, a inserção e o apoio para o acesso ao mercado de trabalho. Passaram-se oito anos, e nós não temos uma linha de um plano escrito. É preciso que a gente consolide. Acho que a cidade precisa ser desafiada, e os migrantes, sobretudo, sentem a necessidade de termos uma estrutura de atendimento efetiva para eles. Um plano que contemple desde o acolhimento, mas também que arregimente força para realizar toda a questão de assegurar a questão documental que hoje o Sebrae Imigrações realiza, como realizou no ano passado, Dr. Dari, 5.740 atendimentos, numa organização da sociedade civil ligada à igreja católica sem receber um centavo de política pública para realizar esse atendimento, fazendo tradução de documentos, fazendo encaminhamentos à Polícia Federal, telefonemas, atualização de vistos e até pagamento de passagens e outros serviços totalmente às expensas dessa organização da sociedade civil. O plano precisa, sim, uma política de investimento público para essa atividade nas diversas áreas que sinalizar.

O segundo aspecto importante, Ver. Marcelo, eu acho que está na hora de nós fortalecermos a rede de atendimento envolvendo governo e sociedade. Comumentemente, as nossas entidades recebem indicações do CRAS para fornecer

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
004ª Audiência Pública 17JUN2019
.Pauta: Migração no Município de Porto Alegre

bolsa-alimento para os imigrantes ou, no caso da minha instituição, a Cáritas Arquidiocesana, o Mensageiro da Caridade, para equipar residência de imigrantes. Para termos uma ideia, somente de 1º de janeiro a 24 de julho, a nossa organização equipou 74 residências de imigrantes em Porto Alegre e na Região Metropolitana, 42% dessas residências na cidade de Porto Alegre. Nós não temos, Ver. Oliboni, uma política pública de investimento da municipalidade, aqui não vai como crítica, Dr. Dari, mas vai no sentido de contribuição para criarmos, implementarmos uma política pública de investimentos, de recursos para o atendimento ao imigrante. Diante disso, é necessário também que se olhe para outra realidade. Os imigrantes, quando chegam em Porto Alegre, nessa transitoriedade, ou vão para a casa de alguns amigos, parentes, ou pessoas de suas relações, que já moram aqui, ou ficam dormindo nas ruas por aí.

Nós sempre tivemos a informação de que os nossos albergues não dispunham de vagas. Na semana retrasada, numa reunião no dia 6 de junho, numa reunião sobre a Pastoral do Povo da Rua, os técnicos da FASC nos disseram que, em todos os albergues da cidade, nós temos vagas disponíveis à noite. Há uns quatro anos, se não me falha a memória, nós propusemos no Fórum, através de uma guerreira que trabalha conosco lá, que nos albergues a gente pudesse reservar um espaço para os imigrantes que estão chegando, para que pudessem pernoitar e deixar as suas coisas no albergue, um espaço reservado, para poderem, durante o dia, transitar e providenciar a sua situação de permanência, ou buscarem a inserção no mercado de trabalho, enfim, nesse espaço de acolhida. Sempre foi dito, da parte da municipalidade, que não havia vaga em disponibilidade, Ver. Oliboni, nos albergues. É uma reivindicação que eu acho, Dr. Dari, que nós precisamos conversar entre os órgãos gestores e com a sociedade, para que possamos equalizar essa questão e providenciarmos, pelo menos, essa acolhida em caráter emergencial, enquanto não temos na cidade um espaço definitivo para acolhermos os imigrantes. E me parece, Ver. Marcelo, que a nossa municipalidade sempre dialogou conosco, isso é bom ressaltar, o comitê municipal, desde que implantamos com o prefeito José Fortunati, sempre dialogamos sobre a questão imigratória. Mas não sentimos uma evolução. Acho que o nosso governo precisar ser um pouco mais pró-ativo. Olha o que aconteceu dia 6 de junho agora, o governo mexicano com o Trump. O governo americano chamou o México na Casa Branca para dizer: “Olha, vocês constroem um muro, senão nós vamos ter problemas, vamos impedir”. O governo mexicano bateu pé, não permitiu que essas

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
004ª Audiência Pública 17JUN2019
.Pauta: Migração no Município de Porto Alegre

medidas fossem adotadas, e toda aquela fúria norte-americana não passou de um protocolo que apenas requisita que os imigrantes que passam pelo México busquem a situação de asilo nos Estados Unidos. Os nossos governos precisam ser pró-ativos junto conosco, a sociedade, para que possamos implementar com agilidade. Se vão oito anos de debates, e a gente não conseguiu. Nesse meio tempo, perdemos uma verba federal de mais R\$ 700 mil para construir um centro de acolhimento em Porto Alegre, isso por falta de entendimento entre os governos – estadual e municipal, nesse caso –, era um projeto tripartite com o governo federal. Nesse aspecto, nós, sociedade civil, gostaríamos de ver que o governo pudesse ser mais ativo para, junto conosco, construir essas iniciativas tão importantes para os migrantes. Nós temos mais de cem mil migrantes vivendo no Rio Grande do Sul, 15.300 dessa última leva, e muitas dessas pessoas ainda hoje não se sentem integradas em nossa comunidade. São cinco milhões de brasileiros vivendo no exterior. Se ocorrer como na Espanha, onde mandam cinco de volta do aeroporto, dá uma grita mundial, enquanto aqui milhares de migrantes não são acolhidos por nós, ainda temos preconceito e discriminamos essa população. Vide os nossos amigos venezuelanos, nossos irmãos da Venezuela que estão aqui, a dificuldade que encontram para se inserir no mercado de Porto Alegre, Canoas e Esteio. Outro programa, outra sugestão que a gente faz para esse debate é que nós efetivamente tenhamos uma ação pública para superarmos a discriminação e o preconceito contra a ação migratória. Numa das reuniões de debates que o nosso Fórum sempre realiza, o Seminário Estadual de Migrações, de 2017, nós propusemos que tivéssemos uma campanha e uma ação de parceria da sociedade com o governo para fazer a nossa população superar esse quadro de discriminação e preconceito reinante contra os imigrantes. Muitas vezes, a falta de uma ação simples autoriza essa discriminação e esse preconceito contra os migrantes. Quando a sociedade e o governo se unem para estabelecer iniciativas, nós ajudamos, estamos dizendo para a sociedade que a hora é de superação, a hora é de acolhida e não de discriminação. Muito obrigado.

PRESIDENTE MARCELO SGARBOSSA (PT): Muito obrigado, Elton. Acho que as sugestões colocadas aqui... A gente quer colocar que o governo está prevendo no orçamento, dos cinco milhões que eram previstos para a verba de publicidade nos anos anteriores, trinta e sete milhões. Talvez tenhamos recursos para campanhas educativas

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
004ª Audiência Pública 17JUN2019
.Pauta: Migração no Município de Porto Alegre

que façam dos nossos porto-alegrenses e das nossas porto-alegrenses pessoas acolhedoras e não pessoas xenófobas. Fica uma sugestão para o Município, para o prefeito.

Passo a palavra para o Ver. Oliboni, um dos auxiliares na proposição desta audiência pública.

VEREADOR ALDACIR OLIBONI (PT): (Saúda os componentes da Mesa e demais presentes.) Eu rapidamente queria fazer uma intervenção e uma sugestão, até porque tenho um compromisso familiar e tenho que me retirar. Eu queria dizer que tanto o Mário como o Elton trazem aqui ações que nos preocupam, na medida em que é uma ação humanitária. Nós estarmos num governo, seja ele federal, estadual ou municipal, e percebermos que não tem uma questão humanitária ou algo que possa dialogar com a integração e, mais do que isso, a profissionalização dessas pessoas que chegam aqui e que, infelizmente, Elton, não tem um albergue para eles ficarem, é lamentável. Acho que a audiência pública nos indica um caminho a prosseguir, e aqui, com a representação do governo, acho que temos que constituir uma comissão de trabalho com o Executivo Municipal, até porque somos vereadores, e é nossa atribuição. Nós percebemos que, em função do conflito do mundo, são mais de 44 mil pessoas por dia que buscam a imigração, e são mais de 3 milhões de pessoas pedindo refúgio. Não é qualquer coisa: a tendência, por causa da crise mundial, é se estabelecer nesses países democráticos a possibilidade real de continuar a sua vida, de se restabelecer, como nossos antepassados fizeram. Eu, por exemplo, sou descendente de italianos. Quando meus bisavós chegaram aqui, também estiveram numa situação precária, mas foram acolhidos, inclusive, com terras naquela ocasião, se não me engano. Então, dizer que não há nada para fazer é se eximir da responsabilidade. Eu creio que, quando o Mario fala do centro de referência, isso é o mínimo do mínimo. As pessoas terem aqui, aquelas que se doam gratuitamente, seja o governo com as ONGs ou outras entidades, não só a igreja ter essa função social, mas também o poder público possibilitar que essas pessoas tenham, no mínimo, alimentação diária. E o centro de referência, para poder restabelecer uma discussão de um fórum, de um conselho, e poder prosseguir sua vida com parcerias que poderão ser feitas depois com a iniciativa privada e o poder público, para profissionalizá-las ou readequar a vida na cidade de Porto Alegre e no Rio Grande do Sul. Deixo aqui a minha

pág. 7

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
004ª Audiência Pública 17JUN2019
.Pauta: Migração no Município de Porto Alegre

contribuição e me proponho a continuar este debate na ideia de buscar uma humanização maior, melhor e uma responsabilidade mais assídua do poder público. Muito obrigado.

PRESIDENTE MARCELO SGARBOSSA (PT): Quero lembrar, além de agradecer ao Ver. Oliboni pela intervenção, que está para ser votado um projeto de lei de iniciativa do Executivo, talvez o diretor Dari tenha conhecimento, que permite que o Município venda os imóveis públicos, e nós tivemos acesso a uma lista, com em torno de 1.400 imóveis, que são de propriedade, Ver. Alvoni, do poder público municipal. Claro que muitos desses imóveis são escolas, estão cedidos para o Estado, enfim, mas essa lista está disponível, e fica a sugestão de olharmos. Não é possível não termos um teto para acolher pessoas, tendo 1.400 imóveis de propriedade do Município de Porto Alegre. É urgente um olhar voltado não só para migrantes, refugiados, mas também para as pessoas que não moram nem dignamente na cidade de Porto Alegre.

Eu quero passar a palavra para a Sra. Reginete Bispo, consulesa do Senegal.

SRA. REGINETE BISPO: Obrigada, Marcelo. (Saúda os componentes da Mesa e demais presentes.) Início dizendo da importância desta audiência pública da Câmara Municipal de Vereadores. Sabemos que já foram feitas outras, mas, neste momento, ela adquire importância, na medida em que as políticas públicas do nosso País passam por uma profunda crise. Hoje, são 14 milhões de desempregados no País, e isso, inevitavelmente, atinge os imigrantes e refugiados. O que a gente tem observado, Presidente? Que o grau de vulnerabilidade da população imigrante refugiada aumentou de forma assustadora. Os que me antecederam aqui colocaram a necessidade de algumas políticas públicas, e eu gostaria de reforçar dizendo o seguinte: o Brasil tem as fronteiras abertas, é conhecido mundialmente pela sua capacidade de receber e acolher imigrantes, mas, infelizmente, não temos políticas públicas estruturadas para integrar esse imigrante na sociedade. Aqui em Porto Alegre, no que pese o efeito da sociedade civil, que tem feito e, há pouco tempo, era o único espaço de acolhida dos imigrantes e refugiados, as organizações da sociedade civil, falta uma ação efetiva do poder público no sentido de – aqui reforçando a necessidade disso – ter um espaço de acolhimento e abrigo, que, no meu entendimento, tem que ser um espaço específico, equipado, com assistência jurídica e psicológica. Também quero dizer que essa imigração não é mais novidade no nosso

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
004ª Audiência Pública 17JUN2019
.Pauta: Migração no Município de Porto Alegre

Município, no nosso Estado, ela já acontece há mais de dez anos, e o poder público ainda se comporta como se fosse uma novidade, mas não é uma novidade. Nós precisamos urgentemente ter uma política habitacional em Porto Alegre. Todos nós acompanhamos, e o Senador Paulo Paim acompanhou de perto, tanto que, por solicitação do Fórum de Mobilidade Humana e da Associação dos Haitianos de Porto Alegre, realizamos audiência pública em outubro do ano passado em Brasília, para discutir a política de assistência para os imigrantes de Porto Alegre, e que acabou sendo uma audiência nacional, porque estavam todos os órgãos representativos da ONU, do governo federal e de muitos Estados. Ali ficou definido que, para Porto Alegre, o governo federal, através do Ministério de Desenvolvimento, destinaria recursos para uma política de assistência a todos os imigrantes tal qual vinha desenvolvendo para os venezuelanos.

Para nós causa muita surpresa que o Município caminhe com muita morosidade no sentido de efetivar isso, especialmente para as famílias haitianas que reivindicaram essa política. Hoje avançamos no sentido de desenhar um plano municipal de assistência social, mas a vida das pessoas não tem esse tempo. No caso da Vila Progresso, foram despejadas 70 famílias com 94 crianças que até hoje não tiveram uma ação efetiva do poder público.

Já que o meu tempo está finalizando, também gostaria que aqui fosse pensado, tanto pela Prefeitura quanto pela Câmara de Vereadores e pela sociedade civil, algo que nos surpreende e nos preocupa cotidianamente. Porto Alegre é uma cidade cosmopolita e por isso acolhe tantos imigrantes, mas não tem se comportado enquanto tal quando se trata da imigração senegalesa e o comércio de rua. Tem sido pauta de muito debate a forma como o poder público vem tratando isso, e nós gostaríamos, diretor, de retomar esse diálogo, porque o comércio para os senegaleses, mais do que uma fonte de renda, é também um elemento da cultura. Se Porto Alegre é uma cidade cosmopolita, também tem que se adequar a essas novas culturas e a essas novas práticas que vão chegando. Não se pode tratar o comércio de rua dos senegaleses como caso de segurança pública, é assim que o Município vem tratando.

Nós queremos discutir a rua como um espaço de comércio. Daí podem dizer: “Ah, não pagam impostos”. Pagam impostos sim, porque o imposto está embutido nas mercadorias, eles são empresários registrados, queremos que o Município reconheça isso. Gostaríamos, Ver. Marcelo, de fazer uma pauta específica, porque a violência tem

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
004ª Audiência Pública 17JUN2019
.Pauta: Migração no Município de Porto Alegre

sido brutal contra esses imigrantes que chegam na nossa cidade, no nosso País, sem conhecer uma estrutura racializada, preconceituosa, que ainda trata boa parte dos seus cidadãos, especialmente os pobres e os negros, como um problema de segurança pública e não um problema de cidadania que precisa ser efetivado. Nesse sentido, o Instituto Akanni, organização da qual faço parte, tanto eu quanto o cônsul do Senegal no Rio Grande do Sul, bem como o mandato do senador Paulo Paim, estamos à disposição no sentido de construir essa alternativa. Gostaríamos muito que a Câmara de Vereadores, como poder que legisla e fiscaliza, pudesse estar junto nesse processo, porque não queremos mais ver os meninos, jovens senegaleses que trabalham honestamente, sendo maltratados, espancados, como se fossem criminosos nas ruas de Porto Alegre, porque praticam sua cultura, buscando uma fonte de sobrevivência num País que tem 14 milhões de desempregados. Parabenizo por essa iniciativa, espero que a gente possa construir bons frutos, bons resultados aqui. Ainda uma pauta que é urgente e necessária é a questão da saúde. Nós temos muitos imigrantes adoecendo, física e mentalmente; muitos imigrantes se suicidando, muitos imigrantes enlouquecendo, tendo que ser literalmente internados. Isso é consequência da ausência de outras políticas. Agradeço a oportunidade de poder estar aqui fazendo parte, trazendo essas preocupações. Nos colocamos à disposição, obrigada.

PRESIDENTE MARCELO SGARBOSSA (PT): Obrigado, Reginete, lembrando que a Câmara Municipal tem comissões permanentes, inclusive faço parte da Comissão de Defesa do Consumidor, Direitos Humanos e Segurança Urbana, já fizemos reuniões. Fica essa lembrança para encaminhar temas que possam ser tratados nas comissões e não necessariamente fazer audiências públicas, que requer um ritual maior. Inclusive o Ver. Alvonni faz parte da Comissão de Educação, Cultura, Esporte e Juventude – CECE, então ele pode ser uma outra ponte para essas comissões permanentes da Casa.

O Sr. Mor Ndiaye, representando a Associação de Senegaleses de Porto Alegre, está com a palavra.

SR. MOR NDIAYE: Boa noite, pessoal. Primeiramente, muito obrigado pela oportunidade de poder representar a comunidade senegalesa, a qual deveria estar presente hoje nesta

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
004ª Audiência Pública 17JUN2019
.Pauta: Migração no Município de Porto Alegre

noite, não somente a comunidade senegalesa, mas imigrantes em geral. Infelizmente, pelo horário, não deu tempo de eles chegarem até aqui.

Antes de começar, queria mencionar um acontecimento da semana passada: o falecimento de um irmão nosso, um imigrante, que eu chamo de guerreiro, que estava trabalhando e foi assassinado brutalmente. Se vocês me permitem, queria pedir um minuto de silêncio em memória a esse imigrante, Babacar Niang, que ficou no campo de guerra.

PRESIDENTE MARCELO SGARBOSSA (PT): Defiro o pedido.

(Faz-se um minuto de silêncio.)

SR. MOR NDIAYE: (Saúda os componentes da Mesa e demais presentes.) Eu acho que os parceiros já falaram os pontos mais importantes, os pontos que anotei aqui. Mas lembrando muito bem que nós estamos numa cidade que tem a maior concentração de imigrantes, como senegaleses e haitianos; a primeira é São Paulo, a segunda é Porto Alegre. Temos que considerar isso. E também os imigrantes não estão aqui pedindo terra, como outros que já passaram anteriormente. Os imigrantes precisam de atendimento digno, acolhimento digno, e eles vão exigir automaticamente...(Ininteligível.) como outros estão fazendo. O ponto mais importante para mim, que devemos tratar com muita seriedade, é sobre os ambulantes, comerciantes que estão na rua vendendo mercadoria informalmente. Mas lembrando muito bem que a maioria deles está participando economicamente na economia da cidade. Esses vendedores não estão ali permanentemente, estão de passagem. Se não me engano, no ano passado, sentamos aqui em uma audiência pública, conversamos, naquela época, sobre a violência contra o imigrante. Isso ainda acontece. Aqueles imigrantes que estavam vendendo no ano passado, hoje a maioria está com loja aberta no Centro de Porto Alegre, empregando os próprios brasileiros. Alguns imigrantes saíram das vendas, abriram o próprio negócio, empregando imigrantes e brasileiros. Eu mesmo sou sócio de uma empresa que hoje está com 17 funcionários, entre eles, tanto brasileiros como imigrantes. Então, nós somos uma fonte econômica que faz com que esta cidade cresça economicamente. Merecemos consideração e respeito. Espero que tudo que foi tratado aqui nesta audiência seja levado adiante, não só aqui. Tudo que nós falamos aqui foi falado no ano passado, quatro anos

pág. 11

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
004ª Audiência Pública 17JUN2019
.Pauta: Migração no Município de Porto Alegre

atrás, e até hoje estamos repetindo. Então, o poder público está negligenciando... (Ininteligível.) O que os imigrantes que vivem na rua enfrentam? Quantos imigrantes que nós, como associação de senegaleses, levamos de volta para o Senegal por depressão, por suicídio e por assassinatos, pelo fato de que eles... (Ininteligível.), a maior alegação do poder público é que não tem solução. Eu acho que não tem nada no mundo que não tenha solução. Tudo na vida tem solução, basta sentar, conversar e achar uma solução. Então isso é mais um problema de atender, de acolher os próprios imigrantes, automaticamente eles vão se inserir na sociedade brasileira.

Mais uma vez, muito obrigado pela oportunidade. Eu não imagino nós, imigrantes, aqui, sem sociedade civil, sem as organizações... (Ininteligível.), o próprio Fórum de Mobilidade Humana. Se não fosse isso, não me imaginaria aqui. Então eu acho que isso merece um olhar especial também, em respeito e em consideração ao poder público. Para não prolongar muito, agradeço a oportunidade.

PRESIDENTE MARCELO SGARBOSSA (PT): Obrigado, Mor. A nossa função aqui é conversar sobre os temas, avançar. O Mor falou que já é a quarta, quinta vez, e se repetem as mesmas coisas. Depois nós queremos ouvir o Dari, que assumiu há pouco a Diretoria de Direitos Humanos na Secretaria, acredito que também não terá respostas definitivas, há uma alternância nos cargos, faz parte da democracia, são os limites. E uma audiência pública, para lembrar, ela não tem um encaminhamento, nós não vamos terminar a reunião com uma decisão, tudo que for dito aqui será encaminhado para o Executivo. Está tudo registrado numa audiência oficial, mas, diferente de outras reuniões em que se termina com um encaminhamento, mas não é esse o caráter, infelizmente, das audiências públicas. As audiências públicas sequer exigem respostas do ponto de vista formal. É um instrumento importante, mas também tem seus limites. Eu digo isso para nós não sairmos daqui, como o Mor está colocando, mais uma vez falamos e não aconteceu nada. A gente tem também que entender os limites das institucionalidades, e esse é um limite forte, na nossa opinião. A Sra. Maysar Hassan Ali está com a palavra.

SRA. MAYSAR HASSAN ALI: (Saúda os componentes da Mesa e demais presentes.) Todos da Mesa colocaram sobre o que a gente está lutando, o que a gente está querendo para essas novas pessoas que estão vindo e que nós estamos querendo acolher. Eu vou

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
004ª Audiência Pública 17JUN2019
.Pauta: Migração no Município de Porto Alegre

falar como uma imigrante e como uma refugiada. Não queremos sair das nossas casas nem dos nossos lares. Nenhum de nós, nenhum imigrante, nenhum refugiado quer fazer isso. Fazemos isso por obrigação. Estamos vivendo uma intensa mobilidade humana, uma mobilidade universal. Saímos por vários motivos: perseguição política, religiosa, catástrofes ambientais, guerras, fome e até por mortes. Levamos riquezas culturais, trocamos ideias e conhecimentos para todos aqueles que nos acolhem. Não queremos roubar o seu lugar, queremos ficar ao seu lado. Queremos um abraço, uma palavra de conforto, uma voz nos dizendo baixinho: “Não tenha medo, eu estou aqui do seu lado.” Queremos aprender e ensinar, queremos poder voar livres com os nossos sonhos, queremos ter a certeza que todos nós somos só uma alma. Eu, como refugiada palestina e como mulher, represento uma resistência contra o racismo, preconceito, contra todos os imigrantes que entram no nosso Brasil. Meu pai um dia foi imigrante, ele se refugiou do país dele não porque ele quis, ele quis tentar uma vida melhor num país diferente. Ninguém como eu ou como todos os que estão aqui pode entender de uma forma tão grandiosa a necessidade de um refugiado. Não é muito fácil, gente. Não é fácil você entrar num país que você não conhece a cultura, que você não conhece o costume, que você não conhece a língua, é muito difícil. Nós, como cidadãos brasileiros, como comunidade, como órgãos públicos, devemos abrir os braços para essas imigrações. Hoje pela manhã eu declamei uma poesia do nosso lutador palestino. Ele é um poeta, Mahmoud Darwish é o nome dele, e as pessoas gostaram muito. Eu gostaria, se tivesse tempo, de poder declamar. É uma poesia que vem nos sensibilizar pela causa do imigrante. O nome da poesia é A Casa: “O mundo é vasto, nós nos queremos disso/ Apenas preferimos a casa, que não é longa, larga, profunda; como esse mundo é vasto!/ Suas dimensões a pequena distância é uma parede/ o Jordão a outra e o Mediterrâneo, o curto percurso do teto Golã ao chão, o Sinai/ as pequenas delícias como jardim, Galileia e o coração de Jerusalém/ Não existe vagar por este mundo afora que não seja a dor sem a certeza da casa/ Ela é entidade, abrigo, ponto de partida, de encontro da imensa vastidão do mundo”. Obrigada pela oportunidade de estar aqui representando todas as migrações, todas as pessoas que se deslocam dos seus países naturais. Muito obrigada pela oportunidade. Boa noite.

PRESIDENTE MARCELO SGARBOSSA (PT): Obrigado, Maysar. O Sr. Dari Pereira, representante do Município de Porto Alegre, Diretor de Direitos Humanos da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e Esportes, está com a palavra.

SR. DARI PEREIRA: Boa noite a todos. Quero cumprimentar pela iniciativa o Ver. Marcelo Sgarbossa; quero cumprimentar também todos os integrantes da Mesa e também todos os migrantes, a plateia que nos prestigia, que participa desta audiência pública nesta noite. É importante a gente pensar muito, refletir, acho que esta audiência pública tem esse objetivo, nós sabemos que a questão dos migrantes é um problema latente na cidade de Porto Alegre hoje, como outros problemas que a cidade enfrenta.

Há poucos dias estávamos aqui numa outra audiência pública, junto com o Ver. Marcelo Sgarbossa, que tratava da questão da população em situação de rua, e mais especificamente em relação ao restaurante popular, que houve uma mudança. Na ocasião daquela audiência, o restaurante tinha sido fechado provisoriamente, como uma alternativa que tem sido proporcionada ali. Tínhamos um planejamento, e, em função de toda a discussão feita naquela audiência, vereador, depois, com a OAB, com toda a sociedade civil, nós reformulamos o nosso projeto, apresentamos ao prefeito Nelson Marchezan, que foi sensível. Graças a Deus, nós já lançamos, na semana passada, um novo edital, segundo o qual vamos ter seis restaurantes populares em Porto Alegre, inclusive nos territórios, não somente no centro de Porto Alegre, também ampliando de 600 almoços por dia para 800.

Todos nós sabemos que Porto Alegre tem muitos problemas. Os nossos migrantes, quando chegam na nossa cidade, também eles acabam, realmente, percebendo, convivendo com toda essa problemática. Num certo sentido o que o Mor trouxe, a questão da violência contra um motorista senegalês, que foi assassinado, nós temos visto, constantemente, outros cidadãos com esse mesmo problema.

A questão da população de rua em Porto Alegre é um desafio muito grande, hoje, para o Município. Há dados oficiais que dizem que é em torno de 2.800 moradores em situação de rua, mas, na verdade, a gente sabe que é mais. A Prefeitura está firmemente criando estratégias para enfrentar esse problema.

A gente falou aqui da saúde mental, eu vou tentar trazer, agora, o contraponto: as coisas boas. Não tirando o foco daquilo que precisamos melhorar também, mas Porto Alegre,

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
004ª Audiência Pública 17JUN2019
.Pauta: Migração no Município de Porto Alegre

nos últimos meses, tem inaugurado novos CAPs – Centros de Atendimento Psicossocial. Inclusive nós temos atendido vários migrantes em situação de saúde mental que tem também crescido. Nós temos alguns migrantes que estão em abrigos, mas em decorrência dessa questão de saúde mental, que tem sido atendida em Porto Alegre, assim como Porto Alegre tem atendido seus cidadãos, no dia a dia, da cidade. Sabemos, por exemplo, do problema dos ambulantes. É um problema sério e recorrente na cidade de Porto Alegre. Houve uma época em que a Prefeitura, inclusive, criou o Centro Popular de Compras para resolver, regularizar, minimizar a situação dos ambulantes. Logo em seguida, criou-se, novamente, um novo fluxo de ambulantes. Hoje nós temos a população indígena que também disputa esse mercado nas ruas da cidade. Há, sim, um conflito, há, sim, um problema a ser resolvido pela cidade e que continua na verdade. Também nós, respondendo ao Mario, sobre a questão do centro de referência, já estamos com uma verba assegurada do governo federal para o centro de referência. De qualquer forma, quero dizer que, na diretoria de Direitos Humanos, nós temos o Centro de Referência de Direitos Humanos. Nós atendemos ali migrantes também, diariamente, os migrantes chegam e são atendidos pelo nosso Centro de Referência de Direitos Humanos e, também, pelo Epid, que é uma unidade que cuida dos povos indígenas e também, agora, dos migrantes. Para melhorar, para priorizar, já foi feito o edital para o Centro de Referência de Apoio ao Migrante. Nos próximos meses, vai ser lançado esse edital, e nós teremos, então, o nosso centro de referência. Também, com relação ao Comirat, que foi criado em 2014, mas em 2013 iniciou-se, oficialmente, pelo decreto da Prefeitura, o Comirat, eu tenho visto, tem crescido nas discussões, nas proposições. A última proposição do Comirat foi por um grupo de trabalho, pensando-se na questão de criar um plano de trabalho para uma verba federal para fins de acolhimento de migrantes em situação de vulnerabilidade social. Nós estamos com o plano de trabalho pronto para acessar uma verba federal, e vamos acessar essa verba que possibilitará que nós tenhamos o auxílio-moradia para 180 famílias de imigrantes, priorizando as famílias da Vila Progresso. Já estamos com o plano em mãos, ele vai ser encaminhado para o Gfederal, logo em seguida teremos também esse aporte para essa questão dos migrantes.

Também, queria dizer que infelizmente o poder público demora um pouco. Em todas as áreas é assim. Eu comecei a atuar na área social no ano 2000, quando tínhamos em

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
004ª Audiência Pública 17JUN2019
.Pauta: Migração no Município de Porto Alegre

Porto Alegre quase mil crianças em situação de rua somente no centro da cidade. Diante de uma situação, quando vi uma criança ali e vi todo o tamanho da dificuldade, tive uma iniciativa, levei para minha casa. Conversando com as autoridades, Conselho Tutelar e levando para minha casa, comecei uma ONG, onde hoje temos um trabalho com oito casas-lares que acolhem crianças. Depois fui fazer parte do Conselho Municipal, fui fazer parte de todas as instâncias da sociedade civil, e fomos tensionando o poder público para criar políticas públicas. Hoje em dia, graças a Deus, Porto Alegre é uma das poucas capitais do Brasil em que esse problema tem sido minimizado. Obviamente hoje o problema é outro, hoje o problema maior são os adultos em situação de rua, mas acredito muito na força da sociedade civil. Conversando com os integrantes do Comirat que também participam do governo e sociedade civil, tenho tido muita esperança quando converso com o Jurandir. Hoje conversei com o Jurandir, e ele me passou muitas informações, sou recente, estou chegando, sou neófito, como o Elton falou, mas quero aprender com vocês. O Jurandir me passou muitos dados da situação de imigrantes na cidade; o frei João, colega do nosso querido frei Luciano e que também milita na área da criança e do adolescente, tem feito o esforço para acolher imigrantes lá na Lomba; o Enéas, das Aldeias SOS, que trabalhava com crianças e hoje está trabalhando com imigrantes para atender essa necessidade da cidade; o pastor Galvan, da Zona Norte, que tem uma casa de passagem que acolhe, e quando o Mario precisa... Então a sociedade civil está mobilizada. Que coisa boa! Parabéns à sociedade civil. Hoje eu sou integrante do governo, mas continuo com a mesma disposição, comprometido com a causa. Há mais de 20 anos trabalho cuidando de pessoas, sempre na sociedade civil, sou parceiro de vocês, e vamos juntos construir uma política robusta à altura do que precisa para Porto Alegre. Temos já boas iniciativas, temos coisas boas acontecendo, e tenho certeza de que vamos conseguir superar bastante essa situação. Obrigado.

PRESIDENTE MARCELO SGARBOSSA (PT): Obrigado, Dari Pereira, diretor de Direitos Humanos do Município de Porto Alegre. Contamos com a tua militância. Quando a pessoa vem da sociedade civil, ela está mais capacitada, mas claro que o Dari deve entender que aquela velha frase que “governo e feijão só com pressão”, então, entenda há muitas falas direcionadas a cobranças ao Executivo. Na verdade, são uma forma pressão legítima, inclusive dão força para que aqueles servidores que estão nesses cargos temporários

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
004ª Audiência Pública 17JUN2019
.Pauta: Migração no Município de Porto Alegre

possam ter força dentro do governo para conseguir implementar as políticas públicas envolvendo direitos fundamentais. A tua fala aqui já trouxe questões bem concretas, o edital está sendo referência, a questão das moradias, enfim, acho que disso tudo fica o registro e, logicamente, não é o Dari falando, é o representante do Executivo Municipal, portanto, há um compromisso no cumprimento do que foi colocado.

O Sr. Jurandir Zamberlam, do CIBAI Migrações, está com a palavra.

SR. JURANDIR ZAMBERLAM: Boa noite a todos e a todas, a Mesa já foi elogiada demais, então, vou dispensar os elogios. Não vou falar, não tenho capacidade de expressão como o Elton, como o Mor, como os outros, mas vou passar números, um cenário da mobilidade humana no nosso Estado.

(Procede-se à apresentação em Power Point.)

SR. JURANDIR ZAMBERLAM: Aqui mostra os migrantes que passam pelo CIBAI, de 1958, quando foi constituído, até hoje mais de 250 mil imigrantes foram atendidos lá no CIBAI. Em média hoje aqui, há um mês... E novos imigrantes, nós recebemos cem por mês. Em Porto Alegre, se estima que o total seja de 170 imigrantes novos por mês até o ano passado. Aqui mostra uma figura de imigrantes históricos chegando, depois os latinos, à direita, no meio, e os Novos Rostos na direita, e aqui embaixo seria o cenário que imaginamos no futuro. Aqui o Elton já falou sobre o trabalho do CIBAI. Só vou destacar um item dessas informações. A questão da pesquisa, vou jogar alguns dados para nós aqui. Aqui mostra que desde 2003, que eu trabalhei como pesquisador do CIBAI, o atendimento anual, e nos últimos três anos está em torno de sete mil imigrantes ao ano que são atendidos.

Aqui três grandes fluxos que o Brasil recebeu. Os primeiros foram os africanos, trazidos à força; em seguida, os europeus, especialmente japoneses, do Oriente Médio, os palestinos, os libaneses, etc. Num segundo momento, os latinos que fogem das ditaduras. E agora os chamados Novos Rostos, especialmente Cuba, República Dominicana e Haiti. E dos países africanos, já na década de 1960 e 1970 vinham os africanos de língua portuguesa. Hoje vêm os africanos de língua francesa e inglesa. E os novos asiáticos da Ásia Meridional, Índia, Filipinas, Afeganistão, etc. Continuam os outros a virem, somente o

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
004ª Audiência Pública 17JUN2019
.Pauta: Migração no Município de Porto Alegre

fluxo hoje maior é desses últimos aqui. Aqui mostra, pegando os dados do Ministério da Agricultura do início do século XX e, posteriormente, do IBGE, e até 2000 do IBGE. A partir de 2000, eu abandonei os dados do IBGE, porque eles não representavam mais a realidade. Comecei a trabalhar com os dados da Polícia Federal. Aí então mostra que teoricamente, em 2014, nós tínhamos 1,74 milhão de imigrantes no Brasil. Em 2018, eu retirei por uma razão muito simples: quando estive em Brasília, o delegado da Polícia Federal que responde pelo Departamento de Imigrações do Ministério da Justiça, disse: “Olha, tenho uma surpresa para vocês. Nós descobrimos que dos dados nossos com o INSS, quase 1 milhão já foram”. Já tinham morrido e estavam nos dados estatísticos da Polícia Federal. Então, eu não tenho os últimos dados que a Polícia Federal disponibiliza. É importante observar, se nós temos em torno 1,5 milhão regularizados e mais trezentos e poucos mil em situação não regular, nós estamos hoje, oficialmente, por dados do Ministério de Relações Exteriores, com 1,7 milhão de brasileiros no exterior, e mais ou menos 600 mil em situação irregular. Aqui no Rio Grande do Sul, especialmente na linha azul, mostra o fluxo em Porto Alegre. Hoje, em Porto Alegre, há 33 mil imigrantes, e desses 33 mil, sete mil e poucos são chamados Novos Rostos. Na unidade comparativa nós estimamos, pelo atendimento, em situações de vulnerabilidade, no Rio Grande do Sul, na Região Metropolitana e Porto Alegre, em torno de 1.100 imigrantes em situação de vulnerabilidade, dados de 2018. Não consegui expor todos os detalhes, porque por bairros nós localizamos os imigrantes que foram ou estão atendidos pelo CIBAI. Um comentário: no quadro 1, que seriam os países de origem, mostra que, uma vez atendidos no CIBAI, em torno de 61% ficam em Porto Alegre, e o restante vai para os municípios metropolitanos e até para o interior. Em Porto Alegre, estão em 86 bairros ou vilas, isso é um dado impressionante, a partir dos que passaram pela cidade. Nós não temos os dados reais de Porto Alegre; estimamos que 30% não passam pela cidade, que são os que têm condições culturais ou financeiras. O que chama a atenção é que os principais bairros ou vilas que atraem mais os imigrantes são: Floresta, com 622; Centro Histórico, com 343; Rubem Berta e Santa Rosa, aquele complexo, com 692; Sarandi, com 383; Lomba do Pinheiro, com 155; São Geraldo, etc. Nessas sete centros se localizam 73% dos imigrantes, e os outros estão nas 81 vilas ou bairros. E, de outro lado, identificamos a procedência deles, de que países vieram. Os haitianos predominam no Rio Grande do Sul e aqui em Porto Alegre; tem uma estatística que existem aqui em Porto Alegre em torno

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
004ª Audiência Pública 17JUN2019
.Pauta: Migração no Município de Porto Alegre

de 1.100 senegaleses, 775 passam ou passaram pelo CIBAI. Só para ter uma ideia da mobilidade.

Este é um dado interessante: no final de 2014, a gente fez um senso no Rio Grande do Sul para saber onde estavam os imigrantes: 85% estavam no interior e só 15% estavam na capital. A taxa de desemprego era 5%, agora nós estimamos que já 33% estejam na capital, ou na região metropolitana, e 30 e poucos por cento estão desempregados ou com subemprego. É uma mudança. Antes eles usavam postos de trabalho no sistema produtivo, hoje eles estão nos serviços. O ideal seria a gente fazer uma análise, mas não dá tempo.

Aqui um pouco do perfil desses “novos rostos”. Eu excluo aqui os latinos, exceto Venezuela e Colômbia, que é um fenômeno novo. Aqui mostra que eles não seguem a cultura ocidental, eles têm outra religiosidade como predominância, têm uma concepção de mundo diferente, têm um conceito político bem superior ao nível do nosso povo, e aqui tem uma série de informações.

Que desafio eles nos apresentam? A questão do sistema educacional. Diretor dos Direitos Humanos: só duas escolas oferecem iniciação à língua portuguesa em Porto Alegre. Não conseguimos que o conselho estadual regulamentasse essa questão, e a secretaria oportunizasse não aulas de português, mas iniciação à língua portuguesa, que possibilite que eles ingressem no mercado de trabalho. Esse é um desafio fundamental, a maioria são mulheres. Estão aqui há três ou quatro anos e não dominam a língua portuguesa. Depois tem a dificuldade de inserção laboral, morosidade na documentação, etc.

Que orientações básicas nós damos quando chegam os imigrantes? Fazer o CPF e a carteira de trabalho. Esses dois documentos são muito importantes. E o cadastro único do SUS, o alvará de Mei, informar que as consultas nos postos de saúde são gratuitas. O que se vislumbra nessa nova inserção? Que, hoje, o poder público despertou, ele é nosso parceiro, embora as políticas ainda estejam sendo agilizadas, mas nós podemos conversar de igual para igual. Eles não desacreditam mais, isso é verdade, que existem imigrantes. Nós tivemos um problema sério com a Prefeitura e o governo do Estado, que não acreditavam que existiam imigrantes. Tivemos, inclusive, que acionar o arcebispo para ele convencer o prefeito para mudar a equipe que nós tratávamos, porque não acreditavam. Aqui podemos ver uma manifestação de vocês, embaixo do Viaduto da Borges. Isso é interessante: 75% não são católicos. Nós atendemos o CIBAI, uma

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
004ª Audiência Pública 17JUN2019
.Pauta: Migração no Município de Porto Alegre

entidade religiosa, católica, mas nós atendemos pelos direitos humanos. Só perguntamos se tem religião, quando nós percebemos que ele, chegando aqui, não tem referência nenhuma. Aí nós perguntamos: “Em que vila tu vais ou bairro?” “Eu sou evangélico, batista, da Assembleia de Deus.” Então nós sugerimos para ele: “Te apresenta ao pastor, para que ele te dê orientações.” Isso é importante, porque as igrejinhas de muitas confissões, depois do culto, oferecem espaço para um voluntário dar aula de Língua Portuguesa. Talvez seja a melhor experiência que nós estamos vivendo. Agora, ultimamente, a Igreja Luterana, a Batista já fazia, a Adventista, a Assembleia de Deus, a Universal também. Então, pela primeira vez... Nós vivemos três momentos de rede da imigração pós-guerra. A primeira vez foi para atender aos refugiados, aos deslocados da 2ª Guerra Mundial, que foi muito mais a academia e a igreja católica. Na segunda rede, já o poder público começa a aparecer, através dos direitos humanos. Hoje, todos vocês, defensoria pública, secretarias, etc. e etc, estão participando. Não é fácil termos homogeneidade de pensamento. Eu quis só trazer esses dados não como proposta, mas no sentido de sermos um cenário, e o ideal seria que – possivelmente, até o final do ano, a gente vai fazer um outro senso em todo Rio Grande do Sul – a gente pudesse ver onde estão esses imigrantes. Só para vocês terem uma ideia: todos os dias, ou todas as semanas a gente atende acadêmicos, mestrando, doutorandos, alunos de segundo grau. Na semana passada, chegaram dois acadêmicos da URI de Santo Ângelo, e eles disseram: “Nós temos 1,2 mil haitianos no Município.” Então só para vocês perceberem, eu estou fazendo uma lauda aqui, quando, na verdade, é outra para lidar. Muito obrigado, desculpem o meu atropelo.

PRESIDENTE MARCELO SGARBOSSA (PT): Obrigado, Jurandir, deste uma noção bem completa de todas as ondas migratórias e onde as pessoas estão hoje; enfim, foi muito rica.

Passo a palavra para a Renata Ferreira da Silva, da Faculdade de Direito da UFRGS.

RENATA FERREIRA DA SILVA: Boa noite a todos. Eu sou estudante da Faculdade de Direito da UFRGS e eu faço parte de um projeto de pesquisa a respeito dos imigrantes venezuelanos e da inserção deles no mercado de trabalho em Porto Alegre e na Região metropolitana. Eu faço parte do grupo de estudos de teoria geral do direito de trabalho

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
004ª Audiência Pública 17JUN2019
.Pauta: Migração no Município de Porto Alegre

contemporâneo e sua reaproximação ao direito privado. Então, eu estou ainda no início da minha pesquisa, mas eu já conversei com mais de cem imigrantes venezuelanos, e, desses cem, 63 responderam a um questionário a respeito da sua inserção no mercado de trabalho. Uma das questões que mais me chamou a atenção foi a questão da revalidação dos diplomas, porque muitos desses imigrantes falam da dificuldade que está sendo para eles, além da língua, essa questão da revalidação dos diplomas. Dessas pessoas que eu entrevistei, a grande maioria era de pessoas com graduação e pós-graduação e que, ainda assim, chegavam aqui em Porto Alegre, Esteio e Canoas – os três Municípios em que eu trabalhei na minha pesquisa, ainda estou trabalhando – e não conseguiam exercer a sua profissão de origem; muito pelo contrário, acabavam em subempregos, empregos muito abaixo do seu grau de qualificação. Eu queria direcionar o meu questionamento especial para o representante do Município de Porto Alegre na questão de quais são as políticas públicas de inserção no mercado de trabalho especificamente dos venezuelanos, porque eu tenho visto que, apesar de as pessoas que eu entrevistei estarem com emprego, esses empregos não coadunam com a sua qualificação. Eu tive uma grande ajuda do CIBAI, que me conseguiu os contatos dos venezuelanos e vem muito ao encontro do que o Sr. Jurandir estava falando na questão de políticas que falam a respeito dessa inserção e da morosidade nas revalidações dos diplomas. Então fica aqui o meu questionamento, a minha contribuição era mais nesse sentido, era mais para deixar essa pergunta no ar. Muito obrigada.

PRESIDENTE MARCELO SGARBOSSA (PT): Obrigado, Renata. O Sr. João Osmar D'Ávila, da comunidade da Lomba do Pinheiro, está com a palavra.

SR. JOÃO OSMAR D'ÁVILA: Boa noite a todos e a todas; boa noite ao Ver. Marcelo Sgarbossa, em seu nome saúdo a Mesa. Quero agradecer a oportunidade e registrar a presença do Alex, venezuelano, e seus familiares, que vieram comigo da Lomba do Pinheiro.

O Jurandir fez um mapa do Brasil e de Porto Alegre sobre a questão das imigrações, eu vou fazer um mapa mais micro a partir de um bairro. Então vou falar a partir do bairro da Lomba do Pinheiro no trabalho que nós desenvolvemos lá como igreja católica, na Paróquia Santa Clara. A presença, no bairro, dos freis franciscanos, há quase 50 anos, e

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
004ª Audiência Pública 17JUN2019
.Pauta: Migração no Município de Porto Alegre

um dos trabalhos mais reconhecidos na cidade é com crianças e adolescentes a partir do CPCA – Centro de Promoção da Criança e do Adolescente, nas suas parcerias que o CPCA desenvolve com o Poder Público nos três níveis de estado. Então é muito interessante esse projeto lá.

Eu vou falar aqui a partir do trabalho da Paróquia Santa Clara que trabalha com as famílias, e aí entra a questão dos migrantes. Nós estamos há quatro anos trabalhando e acolhendo migrantes a partir do trabalho social da Paróquia Santa Clara. E aquilo que o Jurandir falou, também é semelhante os dados, são de 80 a 90% os atendimentos de pessoas não católicas. O critério não é esse de atendermos, o critério é a necessidade. Então também fizemos essa parceria.

Os primeiros imigrantes haitianos que nós contatamos foi a partir das igrejas pentecostais. Nós fomos falar com os representantes das igrejas pentecostais para descobrir o endereço dos haitianos. Foi uma parceria interessante.

Falando dos haitianos, o limite que tem é a questão exatamente da comunicação, da circulação. Tem muito haitiano na Lomba do Pinheiro, trabalhamos com eles lá, mas eles não vieram aqui hoje, mesmo oferecendo a passagem. Por quê? Insegurança, dificuldade de comunicação, medo, e uma série de coisas. Então, mesmo oferecendo a passagem, não vieram, muitos até disseram que viriam. Tem gente que trabalha no centro, poderia ter vindo aqui, mas não veio. Então a gente lamenta muito isso. Aí, o poder público tinha que estar atento para ver alguma coisa nesse sentido. Então, um dos limites maior que percebemos lá é a questão... Inicialmente, claro, é a necessidade de comida ou de roupa – isso é certo! Uma pessoa pode estar transitoriamente, mas precisa disso, é urgente. Então, temos essa acolhida e oferecemos essa garantia mínima ali. Mas depois o que é fundamental hoje é a questão da língua portuguesa. Uma pessoa, como é que vai arrumar emprego se não sabe falar, não sabe se apresentar, entregar um currículo? Então, temos há três anos uma parceria com a PUC oferecendo aulas de português, uma iniciação ao português funcional, não é gramática, é funcional. Então, inicialmente, haitianos, várias dezenas de haitianos saíram de lá fazendo seu currículo em português e se apresentando em português. A conclusão do curso, de um semestre, é a pessoa ler seu currículo em português. “Eu sou fulano de tal, nasci no Haiti, tenho tantos anos, moro em Porto Alegre, na rua tal.” Essa é a tarefa, isso tem ajudado muita gente. Agora, temos então três nacionalidades. Mais venezuelanos: duas famílias estão no nosso bairro lá, com muita

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
004ª Audiência Pública 17JUN2019
.Pauta: Migração no Município de Porto Alegre

alegria, uma presença muito simpática; veio a família inteira, meninos, meninas, jovens, adolescentes, até Seu Alex, um senhor aposentado que vai lá aprender português conosco. E uma senhora colombiana – três nacionalidades na aula. Isso é muito enriquecedor para nós. E aí, qual é a iniciativa? Foi dito aqui que não tem escola pública que ofereça isso. Ou tem duas apenas que oferece, lamentavelmente. Agora tem cursinho pré-vestibular, com um nome bonito, interessante, simpático: Kilomba. Estamos também com haitianos, venezuelanos lá no Kilomba, se preparando para poder ir para universidade ou regularizar seu ensino médio, e assim por diante. Então é muito interessante termos isso aí, mas apelamos ao poder público porque a audiência é para isto: ouvir; audiência pública é para ouvir, não é para tomar decisão, mas temos que tomar uma iniciativa nesse sentido. Lá na Lomba, eu sempre falo para as pessoas que o fluxo é invertido, eu digo como devia ser o fluxo normal da necessidade, da fome: se uma pessoa viesse batizar o seu filho na nossa igreja e percebesse que estava com fome, nós íamos caminhar um pouco por trás, para poder buscar o recurso. E na Lomba do Pinheiro acontece ao contrário: a pessoa vai por trás, com fome, o técnico manda para a paróquia. E lá nós chamamos de parceria, que é a parceria da igreja com o poder público. Então, é uma parceria meio estranha, mas é uma parceria. Tudo tem que trabalhar em conjunto, então, com a assistência social do bairro, com a educação, e com a questão da saúde, tudo nesse sentido. Então, minha fala é mais nesse sentido.

Quero agradecer à Câmara Municipal por dar essa possibilidade e fazer o registro naquilo que o Mor falou: quatro anos que se pede a mesma coisa – isso é lamentável! Vocês sabem o que significa a gente vir lá da Lomba do Pinheiro, pegar o ônibus, ir para parada do ônibus para voltar para o bairro e chegar de noite em casa, e daqui a um ano ter que vir aqui pedir a mesma coisa? Aí não dá, não é? Aí é cansativo! Então, na linha do respeito, o Mor falou bem, como imigrante: queremos respeito das pessoas e que a pessoa se sinta acolhida na linha da poesia, ali da representante da Palestina, na questão do acolher, do abraço, e dizer que está do lado de vocês. E nós, da Lomba do Pinheiro, temos feito isso nesse sentido. Muito obrigado. (Palmas.)

PRESIDENTE MARCELO SGRABOSSA (PT): Obrigado, Frei. Eu quero aqui registrar a presença do Dr. Max e da Dra. Laura, que chegaram aqui para prestigiarem a nossa

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
004ª Audiência Pública 17JUN2019
.Pauta: Migração no Município de Porto Alegre

audiência. Queria chamar para compor a Mesa o James Derson Chadle, que representa a Associação dos Haitianos do Rio Grande do Sul.

A Sra. Jacira Dias Ruiz, representando a Cáritas Brasileira Regional do Rio Grande do Sul, está com a palavra. Na fala do Frei, enquanto a Jacira sobe à tribuna, ele colocou a questão da dificuldade da língua, no caso do imigrante refugiado aprender o português. Essas pessoas, assim como as pessoas venezuelanas, falam o espanhol, a língua francesa, enfim, são 52 nacionalidades que chegaram, no ano passado, aqui, no mínimo, talvez 40 línguas podem ser transmitidas. E eu fico pensando se não seria o caso – se é que não existe, posso estar falando algo que já existe – de ter cursos de línguas, seja para os porto-alegrenses aprenderem o espanhol, o francês, então, uma troca de informações. E nós sabemos que, para entendermos a cultura de outro povo – e fala aqui quem já morou cinco anos fora do Brasil –, precisamos entender a língua. Você não consegue entender uma piada se você não consegue entender a língua daquela nação. Então, acho que a língua é o fator de grande aproximação dos povos.

SRA. JACIRA DIAS RUIZ: Eu saúdo a Mesa – não vou repetir os nomes, para economizar o tempo –, todos e todas que estão participando desta audiência. E dizer que eu represento a Cáritas Brasileira Regional Rio Grande do Sul, da mesma rede do Elton, que faz parte da Cáritas Arquidiocesana de Porto Alegre. E a Cáritas, como entidade vinculada à Igreja Católica, como já foi dito, faz um trabalho não confessional pela defesa dos direitos humanos, pela defesa da vida onde ela estiver ameaçada. E a temática migratória tem sido mundialmente trabalhada pela Cáritas. Então, nós aqui no secretariado regional não temos um atendimento direito, porque a nossa ação é acompanhamento às regiões do Rio Grande do Sul, mas mesmo assim, diariamente, recebemos algum imigrante que chega e vai procurar no site Cáritas, acha o nosso endereço e vai lá. Então, é um desafio bastante grande. Só para ressaltar, a Cáritas internacional lançou, ano passado, até o Papa assumiu para si, e ele, em pessoa, lançou a campanha “Compartilhe a viagem”, que é para chamar a atenção do mundo inteiro sobre esse sinal dos tempos, que é o fenômeno migratório, e para ressaltar algo que ele vem repetindo muito, que é criar a cultura da solidariedade e não construir muros, cercas, arames farpados que conduzem à xenofobia, aumentam a xenofobia, a discriminação e a de ver o outro como uma ameaça. Então, para dizer que este é um tema com que a gente

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
004ª Audiência Pública 17JUN2019
.Pauta: Migração no Município de Porto Alegre

tem se ocupado, e os desafios que o migrante vive aqui é o mesmo que ele vive em todos os lugares do mundo. É aquilo que já foi repetido aqui: o idioma, acesso às políticas públicas, é aquela visão de que ele é uma ameaça, que vai nos tirar algo e não trazer algo. E de oferecer ao migrante o mesmo que se oferece geralmente aos pobres, aos empobrecidos do País: uma política pobre para esse migrante pobre, que vem se somar aos nossos pobres. Como alguém já falou, nós, enquanto Cáritas, entendemos que a questão da acolhida em Porto Alegre não deve ser a acolhida no mesmo espaço daqueles que necessitam da política de assistência social e que vivem numa situação de rua. É outra necessidade. É outra condição que essas pessoas precisam.

A questão das políticas públicas, da saúde, por exemplo, é um grande desafio. Nós fizemos esses dias um seminário e tínhamos nove nacionalidades diferentes, e uma das coisas que eles mais falaram é da dificuldade de acesso à saúde, de poder chegar e dizer o que eles sentem, porque, quando eles chegam, já no atendimento, eles são barrados, porque parece que a saúde é só para nós, parece que as políticas públicas são só para os nativos. Tem muito essa compreensão lá naquele que está no balcão, que está atendendo. E depois é poder expressar qual o seu problema. Então o idioma e a relação na saúde, no trabalho, em todas as outras situações, mas especialmente na saúde.

Eu gostaria de deixar também uma questão bem específica da condição da mulher migrante, em solidariedade à Maysar e a tantas mulheres, que vivem numa vulnerabilidade diferente do homem. Ela vive numa condição diferente. E vou exemplificar um caso que estou acompanhando, há três semanas, de uma pessoa que chegou na Cáritas assim também, uma venezuelana que chegou de ônibus, grávida, foi atendida em Lima, pela Cáritas do Peru; uma advogada numa condição extrema, seu passaporte carimbado em vários países, uma pessoa de uma grande capacidade, mas ela necessitava de tudo, de tudo – de roupa, de comida – e ainda estava grávida. Então, a nossa questão foi encaminhá-la para a FASC, já que ela estava bem pertinho, e a FASC ia encaminhar. Fomos dando todos os caminhos para ela. O nenê não esperou, na semana seguinte o nenê nasceu. Então, essa mulher tão resiliente, tão só com esse bebê, necessitando de tudo, graças à sua capacidade de resiliência, com o nenê com duas semanas, está vendendo bombom, brigadeiro, para conseguir comprar as coisas. E a gente vai fazendo uma rede de apoio também. Só para salientar a importância das políticas públicas e dessa questão de ver as necessidades específicas, como é o caso

pág. 25

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
004ª Audiência Pública 17JUN2019
.Pauta: Migração no Município de Porto Alegre

dessa mulher, que é um exemplo. A gente também esteve há dois meses em Boa Vista e vimos o sofrimento de todos, o sofrimento mental, como já foi salientado, mas, para a mulher, é um limbo diferente. Apesar de a Mesa ser predominante de homens, eu quis trazer essa questão também para a gente olhar. Eu acho que esse desafio já foi bem colocado e eu também já falei do tratamento com dignidade, e o Betinho dizia que a fome tem pressa. Então nós não podemos continuar justificando que é assim que o poder público funciona, devagar, burocraticamente; não, as necessidades das pessoas têm pressa. Obrigada.

VEREADOR MARCELO SGARBOSSA (PT): Obrigado, Jacira. A Sra. Sarai Brixner, do INCA- CGIL, está com a palavra.

SRA. SARAÍ BRIXNER: Eu quero dizer que é muito importante a gente estar fazendo este debate nesta Semana dos Migrantes, na qual a gente está fazendo discussões em vários lugares ao mesmo tempo hoje a noite. O Max e a turma chegaram a pouco de um debate que houve no Ministério Público, assim como está acontecendo em universidades e em outras audiências públicas em todo o Rio Grande do Sul e no Brasil. Isso é muito importante, mas não é suficiente. A gente precisa fazer essas discussões com a Câmara de Vereadores, com as prefeituras locais, porque, como vocês puderam ver, a sociedade civil está se movimentando, a turma se vira. O pessoal chega com a sua malinha com fome, precisando de lugar para dormir, precisando de assistência médica. As pessoas são solidárias umas com as outras, as pessoas sentam e ajudam. O que a gente precisa de fato é ter aparatos legais, jurídicos e operacionais para que as políticas públicas estejam voltadas para essa população. E aí, no trabalho que eu realizo com a “italianada”, a gente tem percebido que, no período em que os imigrantes, especialmente os europeus vieram para o Brasil, havia uma situação diferenciada, tanto social, econômica, mas também as pessoas e o poder público criaram condições para que essa população conseguisse entrar, conseguisse se localizar na sociedade. Agora nós estamos vivendo um problema concreto de discriminação racial. Essa nova leva de imigrantes também vem carregada da sua cor, da sua raça, e aí nós temos dificuldade, sim, enquanto poder público e enquanto sociedade civil, de fazermos esse trabalho. Por isso a necessidade de a gente ter este espaço para a gente conseguir, de fato, pensar um plano concreto. Num plano de ação,

pág. 26

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
004ª Audiência Pública 17JUN2019
.Pauta: Migração no Município de Porto Alegre

eu reforço a necessidade de a Prefeitura de Porto Alegre, junto com a Câmara de Vereadores, ajudar para a gente conseguir fazer esse trabalho, a gente aqui percebe o quanto há de entidades envolvidas, através do fórum, nesse trabalho; o quanto o Comirat também está envolvido; então, de a gente conseguir juntar esse esforço, assim como o Mor comentou, a gente conseguir, de fato, operacionalizar um plano de ação de acolhida, de saúde, de assistência. E aí, dentro disso, uma grande questão: se, dentro do plano de ação, a gente pudesse validar os diplomas das várias pessoas que estão vindo para cá? Porque isso tanto potencializa as pessoas que já estudaram nos seus locais, como também garante uma maior agilidade do ponto de vista das pessoas, porque elas conseguem se compreender, elas sabem quais são os dilemas. Então, no momento em que se valida, por exemplo, uma advogada, ela já consegue compreender muito da situação da outra pessoa que vive na mesma situação dela – ou mesmo médicos, ou mesmo pedagogos. Então, nós temos gente capacitada. O que a gente precisa é juntar essas ações e aí, com isso, de fato, conseguir operacionalizar ações concretas de acolhimento à população migrante.

Então, dois elementos centrais: estamos vivendo um problema de discriminação, temos que tratar a situação de uma forma diferenciada, também com esse viés; e a outra situação é esse plano de emergência que nós precisamos aqui em Porto Alegre. E aí, eu sei que tu comentaste hoje pela manhã, na Assembleia, e queria que tu reforçasses, que a Prefeitura está pensando um espaço no qual os migrantes conseguiria chegar e dizer: “Olha, eu cheguei em Porto Alegre.” E a partir dali vocês conseguiriam distribuir para as diferentes regiões, para as diferentes entidades que estão trabalhando, porque hoje, de certa forma, o CIBAI está sendo um pouco esse espaço de referência. E Porto Alegre tão grande e com tanta gente que está vindo para cá, a gente merece, precisa ter um espaço que de fato seja um espaço de referência, onde os migrantes possam vir e a gente ter dados concretos nesse sentido. (Palmas.)

PRESIDENTE MARCELO SGARBOSSA (PT): Obrigado, Sarai. A Suzane Souza, coordenadora da ACMUN, mestranda em Ciências Sociais pela Unisinos, está com a palavra.

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
004ª Audiência Pública 17JUN2019
.Pauta: Migração no Município de Porto Alegre

SRA. SUZANE SOUZA: Boa noite, Mesa, todos os presentes. Quero dizer da importância desta audiência pública e o quanto é um desafio. Eu sou assistente social de formação e mestranda pela Unisinos. O meu tema de pesquisa é migração haitiana com recorte de gênero, que são as mulheres negras haitianas. Queria falar do quanto é importante conversar com quem está na ponta, o quanto é importante olhar a base, o quanto é importante olhar os territórios. Eu trabalho no território que tem o maior número de concentração da população negra, que é a Zona Norte de Porto Alegre. O bairro Sarandi, hoje, é, popularmente, conhecido como o gueto da população negra. A população negra haitiana, principalmente as mulheres que aqui chegam, já vem carregada pela cor da pele, pela discriminação de serem mulheres e negras – isso já é um grande empecilho para a mobilidade urbana, para o acesso às políticas públicas, que não tem, que não existem para migrantes haitianos aqui na nossa cidade. Os haitianos, haitianas, migrantes de modo geral, não estão aqui hoje, mas não é pelo fato da passagem. Não, o cartão assistencial não é empecilho. Roupas também não são empecilhos, alimentação, muito menos, e a moradia nem se fala. O que falta é acolhimento, o que falta é o olhar. Acho que este espaço, aqui, hoje, é para isso, é para tentar pensar em possibilidade e alternativas. Então, Carolina Maria de Jesus, no livro “O quarto de despejo”, diz assim: “Estou começando a perder o interesse pela existência, começo a revoltar, e a minha revolta é justa”. É isso, acho que é poder olhar para trás e poder ver tudo o que se passou e o que está acontecendo aqui hoje. Então, eu atendo um público bem expressivo, basicamente, mulheres, e a gente precisa conhecer e entender a cultura. O meu estudo é todo com esse recorte, é poder estar olhando e entendendo essa sensibilidade. Então, se não começar a dialogar com a ponta, na base, a gente não vai conseguir chegar no nosso objetivo. Eu vim aqui para que nós possamos entender que a construção das políticas públicas tem de vir da base. Sim, a gente de ir para a ponta e tem de ouvir os trabalhadores, tem de ouvir quem atende, quem está lá, conversando cara a cara, porque muitos chegam aqui. E onde é o primeiro local? É o CRAS, é a assistência, que é porta de entrada. Entende-se que as políticas públicas também se constroem através da questão religiosa, com certeza, mas a política pública da assistência social é para quem dela necessita, e hoje, para nós, falta tudo para poder acolher os imigrantes que chegam aqui. Na verdade eu acredito que se a conversa não partir da base, se o planejamento não for

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
004ª Audiência Pública 17JUN2019
.Pauta: Migração no Município de Porto Alegre

da base, a gente não vai conseguir chegar no topo. Agradeço a atenção de vocês. Obrigada.

PRESIDENTE MARCELO SGARBOSSA (PT): Com a palavra, o Sr. James.

SR. JAMES DERSON CHADLE: Boa noite a todos. Meu nome é James, sou atual presidente da Associação dos Haitianos do Rio Grande do Sul. A gente agradece ao prefeito e a todas as entidades civis que estão aqui hoje e que estão debatendo sobre nosso caso. Normalmente – vocês todos já sabem a situação e as demandas dos imigrantes –, as coisas são muito difíceis para a gente, sejam haitianos ou senegaleses, particularmente imigrantes negros. Para nós, a política pública é muito importante, mas só e se o prefeito, o governo entende o que é imigrante. A gente não vem aqui para derrubar, para roubar ou retirar o emprego de ninguém. Se vocês entendem os casos migratórios desse jeito, então vai ser sempre a mesma coisa, nossa voz nunca vai ser escutada. Se vocês entendem também que é uma oportunidade de nos considerarmos iguais aos italianos, alemães, depois da II Guerra Mundial, essas podem ser vozes que podem ser escutadas têm um lugar na Mesa para debater, para trazer oportunidade para a cidade. De qualquer jeito, a gente contribui na sociedade; se a gente está contribuindo, a gente tem o nosso lugar, a gente tem que ter voz. A pessoa tem que nos escutar, e está faltando só isso, ninguém está escutando. Quem organizou a audiência pública, será que está escutando? Eu já fui a Brasília, a gente conversa bastante. Saiu o resultado? Tem resultado, está durando? Não, por que isso? Será que é porque a gente é negro, que a gente saiu da África, ou a gente saiu da América, ou de um país que não tem nome? Eu não sei, de qualquer jeito, de que jeito os porto-alegrenses viram os imigrantes? Eu acho, para mim, eu acho uma oportunidade, porque muitos imigrantes chegam aqui com estudo, com faculdade, eles deixam a vida no país deles para vir a este aqui. Não sei por que a gente não é nada, porque a gente deixou nosso país e a gente vem aqui para trabalhar, para lutar, para brigar para ter uma vida melhor. Não, a gente vem aqui, com a nossa força, nosso custo, a gente quer o nosso lugar. Como eu sempre falo, igual aos alemães, italianos e tantos outros que chegaram aqui com recursos para investir – a gente chega aqui para investir também –, mas depende de qual jeito vocês pensam a palavra investimento. Às vezes, tu achas que dinheiro que é investimento? Não, o conhecimento,

pág. 29

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
004ª Audiência Pública 17JUN2019
.Pauta: Migração no Município de Porto Alegre

a capacidade, a compreensão, isso é um investimento, a gente vem aqui investir. Eu fui a Brasília, eu falei, a gente vem para contribuir com a sociedade. Eu escrevi um projeto, mandei para a Prefeitura, é um projeto de adoção da praça pública. O povo haitiano quer adotar uma praça pública para ajudar a sociedade. Responderam? Não, não responderam. Então, vocês têm que ver a forma de como fazer isso. Tem que ver a questão da moradia. A gente não quer que deem um terreno para nós, a gente quer comprar um terreno. Mandar uma carta para o DEMHAB: respondem? Não. Se é um empresário que chega ali com o dinheiro e tudo feito, vão responder com certeza. A gente não quer que doem para nós, a gente quer comprar de vocês. Se existe um político público que atende essas demandas, existe, mas não é para os haitianos, para os senegaleses que estão aqui. Senegaleses estão na rua, vendendo, eles estão comprando, sai de fábrica, da indústria, gira, e paga INSS quando ele compra. Você deixa que eles comprem nos mercados e nos atacados, e depois vocês não querem que eles vendam na rua! Mas o que significa isso? Você deixa a pessoa ir comprando a mercadoria, fazer CNPJ, que é de lei, e depois vai impedir que ele venda aquilo que ele comprou de vocês? E você está ganhando disso! Vocês ganham disso. Pagam imposto. Então, eles estão contribuindo com a sociedade! Por que essa maldade? Precisa uma política pública para os imigrantes. Vocês vão entender os imigrantes, eles não vieram aqui para derrubar. A gente veio para ajudar, para complementar a sociedade. Precisa disso na sociedade. A gente vem aqui com cultura diferente, língua diferente, com capacidade diferente, entendimento diferente. Vocês têm que entender isso, que é uma beleza, porque a natureza, de qualquer forma, tem várias cores diferentes. É isso tipo de coisa que faz a beleza: se todos são iguais, não vai ter diferença. Na diferença, a gente precisa para crescer. Entendeu?

Eu acho esse dia muito importante, mas eu sempre estou esperando um resultado. A questão está aqui – todo mundo já sabe qual é o problema: é questão de língua, é questão de política pública, é questão de trabalho. A mesma pessoa que está tentando criar um trabalho, vocês estão derrubando isso, não quer isso, mas a gente está falando de trabalho também. As mulheres não conseguem trabalho também; as crianças não conseguem creche, eu tenho várias crianças dos imigrantes que não conseguiam creche pública. Se a associação dos haitianos ou a associação dos senegaleses criarem um projeto para nós criarmos o nosso crédito ideal, vocês vão responder? Não, não vão

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
004ª Audiência Pública 17JUN2019
.Pauta: Migração no Município de Porto Alegre

responder. Outra coisa que é importante: estão querendo forçar os imigrantes, como a associação senegalesa, a associação dos haitianos, dos palestinos, os venezuelanos – que estão chegando, criar um grupo com eles. Não façam isso, assim vocês vão ter muito trabalho. Os mesmos imigrantes vão conseguir ajudar eles mesmos, mas eles precisam de um apoio, seja da sociedade civil ou da Prefeitura. Se a pessoa chegar ali e vocês não acolherem a pessoa de forma certa, então ajudem o mesmo povo, as mesmas pessoas que entendem a língua daquela pessoa. Não forcem essas pessoas, essas instituições – formal ou informal – para que os imigrantes alcancem os seus objetivos.

Então, a minha demanda é esta: a gente precisa de uma força, seja para os venezuelanos, senegaleses, haitianos, palestinos. Todos os imigrantes que estão aqui têm que saber o que estão fazendo, o que eles podem fazer, com o que eles podem contribuir dentro da sociedade. Tem haitiano que tem negócio aqui, tem haitiano que faz programa na rádio, tem haitiano que tem um lugar para você cantar, onde registrar, esse tipo de coisa – isso já tem aqui. Eles estão contribuindo, só que a gente precisa estar organizado, mas para a gente se organizar, temos que trabalhar junto com o poder público, senão a gente não vai conseguir. Os imigrantes têm voz na mesa. Obrigado. (Palmas.)

PRESIDENTE MARCELO SGARBOSSA (PT): Obrigado, James. Coloco a palavra à disposição e sugiro que, ao final desta audiência, façamos uma foto de todos nós com o banner.

O Sr. Dari Pereira está com a palavra.

SR. DARI PEREIRA: Gostaria de responder para a Renata. Nós temos, em Porto Alegre, o Sine, tanto ligado ao Município quanto ao Estado. O meu colega, que é diretor do Sine, tenho conversado com ele por várias vezes, porque nos direitos humanos nós temos situações de diversas vulnerabilidades: o jovem, o idoso, os indígenas, mulheres vítimas de violência que a gente atende ali, os imigrantes. E eu sempre tento tencionar para eles conseguirem alguma vaga especial. O que é que eles têm dito? Pela legislação, inclusive, não se podem reservar vagas, digamos, para nenhum público. O Sine, por exemplo, é aberto para todos. O que é que nós estamos conversando? Fazer cursos de capacitação, isso sim o Sine pode fazer e está fazendo, direcionados para públicos específicos: para o idoso, para os imigrantes também, a gente está em tratativa para fazer isso com o Sine. O

pág. 31

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
004ª Audiência Pública 17JUN2019
.Pauta: Migração no Município de Porto Alegre

DEMHAB também tem um sistema de cooperativa, acho que o Mário e mais alguém estiveram esta semana ali conversando, está se fomentando isso também para que se criem cooperativas tanto de trabalho com os imigrantes, como também habitacionais. Já tem um projeto que está sendo bem elaborado, já tem algumas cooperativas habitacionais que surgiram, a gente tem tentado fomentar isso nesse sentido.

Com relação à convalidação do diploma, infelizmente, esse é um assunto do governo federal. A gente ouve de vários imigrantes que muitos até querem e podem fazer o processo, mas têm dificuldade de pagar, porque parece que é muito caro para fazer isso, então, essa é uma dificuldade.

Eu queria dizer que, só para encorajar alguns dos imigrantes aqui, eu tenho conversado com algumas pessoas que têm dado emprego para os imigrantes. Todas elas, sem exceção, têm me falado muito bem, aqueles que estão ali, que conseguiram se inserir têm dado um resultado muito positivo para a sociedade. Eu acho que na medida em que a gente conseguir introduzir mais os imigrantes no mercado de trabalho, vocês, com certeza, vão deixar um legado muito positivo, como está tendo. Eu tenho conversado com empresários que têm aberto algumas vagas, e eles têm dado retorno muito bom nesse sentido. O que falta realmente são mais oportunidades.

Também a gente não pode esquecer, para finalizar, que, de alguma a forma, os imigrantes são refugiados, e as pessoas estão aqui porque infelizmente lá no seu país a situação não está bem. Nós não podemos deixar de nos solidarizar. Hoje eu estava conversando com alguns venezuelanos e perguntando por que eles não se organizam em associação. Eles estavam me dizendo da dificuldade, porque os venezuelanos ainda estão muito “espiados”, como a gente diz, porque tem pessoas infiltradas que podem denunciar para o governo, é toda uma situação ainda muito tensa. É triste também a situação da Venezuela, a gente tem que lembrar isso e tem que se solidarizar com o povo venezuelano, com essa questão política de uma ditadura, que tem oprimido o seu próprio povo. Do Haiti a gente sabe que é mais por questões de catástrofes naturais e tudo.

E queria também encerrar dizendo o que eu falei hoje de manhã, que a palavra que foi falada, que está no banner, falando em acolher, acolher tem a ver com receber com hospitalidade, proteger, integrar e alojar. Esse é o meu desejo para a nossa cidade, que a gente possa fazer isso, e fazer na medida em que a urgência está vindo também. Muito obrigado.

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
004ª Audiência Pública 17JUN2019
.Pauta: Migração no Município de Porto Alegre

PRESIDENTE MARCELO SGARBOSSA (PT): Obrigado, Dari. O Sr. Mario Fuentes está com a palavra.

SR. MARIO FUENTES: Algumas considerações quanto ao comércio de rua. Aguardamos uma resposta do diretor de desenvolvimento econômico, a antiga SMIC, no sentido de fazer um trabalho de conscientização com a população senegalesa, principalmente, porque a maioria trabalha no comércio de rua, mas de uma forma pacífica, uma forma civilizada, mas até agora não fomos chamados. Até perguntei para o Mor, antes de começar a audiência, tendo em vista várias situações que não são recentes, considerando também que o desenvolvimento econômico de uma cidade passa pelo comércio de rua. Não é só em Porto Alegre, temos Brasil afora, cidades do mundo afora, e também nesse sentido não queremos privilegiar o que o governo considera um privilégio, que é demandar uma atenção em vista das particularidades do migrante. Com relação à revalidação de diplomas, claro, não é competência do Município, mas queria deixar registrado que é um processo que limita as potencialidades intelectuais e profissionais do migrante que, obviamente, tem uma alta qualificação. Dentro desse pensamento de construção a que o Jaime se referiu, sobre as perspectivas políticas e eleitorais do migrante, estamos tentando elaborar uma PEC, que justamente traz isso à percepção de imigrante, como sujeito de direitos políticos, até agora restritos, da capacidade da construção do pensamento na sociedade brasileira, um pensamento político. Nesse sentido, eu creio que todos os imigrantes querem ser vistos não como estrangeiros, mas como novos cidadãos, como cooperadores da construção do pensamento que seja benéfico para todos, tanto brasileiros quanto imigrantes. Algumas referências aqui, até o diretor se referiu, eu tenho notado em reuniões em que eu tenho sido convidado, na nova gestão da direção dos direitos humanos, a secretária de desenvolvimento social, a retomada de um caminho para uma resposta emergencial daquilo que ele já citou aqui, do polo emergencial, do lançamento do edital, mas eu quero dizer também que o que me agradou muito esta semana foi uma reunião na direção do DEMHAB. Eu estou retomando a iniciativa, quando era servidor do DEMHAB eu me articulei internamente lá em rever a demanda da política habitacional para a atual direção do DEMHAB, e o próprio diretor tomou a iniciativa de, pessoalmente, fazer as palestras

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
004ª Audiência Pública 17JUN2019
.Pauta: Migração no Município de Porto Alegre

com os senegaleses, com os haitianos, com os venezuelanos, as população mais recentes e vulneráveis; não que não haja outros imigrantes, outras nacionalidades também vulneráveis, mas essas são as atuais referências nesse sentido. Então, posso dizer que a disposição da atual direção do DEMHAB é estar de portas abertas para essa iniciativa de construir esse projeto do início ao fim, esse projeto da Cooperativa Habitacional e do Trabalho que, justamente vem como uma resposta a uma demanda não só para a população imigrante, mas para o brasileiro também, é o trabalho da habitação. Com relação ao abrigo, tem reuniões no âmbito municipal e estadual e recebemos uma boa resposta e espero que o Sr. Diretor também continue neste caminho até se concretizarem. Considerando o mesmo modelo de gestão o atual governo municipal de terceirização, então estou retomando e abordando nesse sentido, esperando do Executivo Municipal e do Estado uma retomada de uma proposta do governo federal da gestão anterior de construir em parceria com o Exército e a ONU um abrigo com recursos públicos do Município. Nós temos uma instituição que está interessada em gerenciar esse abrigo dentro desse modelo de parcerização. Obrigado.

PRESIDENTE MARCELO SGARBOSSA (PT): Obrigado, Mario. A Sra. Reginete Bispo está com a palavra.

SRA. REGINETE BISPO: Agradecendo, Marcelo, a oportunidade de estar aqui falando, mas também queria fazer referencia a duas coisas e dizer que a política, às vezes, nos pequenos gestos, traz grandes soluções.

Queria aqui me referir a dois fatos. Primeiro, quanto à questão da Vila Progresso, que nós encaminhamos, junto com a associação, uma solicitação para a Prefeitura da cedência ou venda de uma área onde os haitianos da Vila Progresso pudessem construir as suas casas. É exatamente isso que o James disse: eles não estão pedindo nada de graça, mas de uma forma negociada que eles possam comprar e construir as suas casas. Encaminhamos no ano passado e até hoje não obtivemos nenhuma resposta do Poder Público sobre as áreas solicitadas. E me chamou atenção o que você disse, Marcelo, que tem poucos imóveis da Prefeitura à venda, então, talvez, pudesse ver isso.

Pereira, a gente pode conversar mais amiúde e, se for o caso, a gente pode encaminhar algumas coisas. Um outro fato que fiquei sabendo hoje é que a associação dos

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
004ª Audiência Pública 17JUN2019
.Pauta: Migração no Município de Porto Alegre

senegaleses, desde 2015, ocupa um espaço, uma sala na Rua Andradas, no prédio onde funciona a secretaria, e agora foi simplesmente retirada. É um espaço importante, porque é uma referência para a comunidade senegalesa – a associação orienta, recebe, inclusive assessora e articula o próprio Município em relação às coisas que acontecem com a comunidade. Então, também, Pereira, a gente gostaria – sei que foi uma determinação da secretária – que isso pudesse ser repensado porque imagino que a comunidade continue indo lá, buscando orientação e o apoio da associação. Obrigada pela oportunidade. Estamos à disposição.

PRESIDENTE MARCELO SGARBOSSA (PT): O Sr. Elton Bozzeto está com a palavra.

SR. ELTON BOZZETO: Gostaria de falar duas frases. A primeira: James, vocês são brasileiros, e nós, juntos, precisamos construir essa conquista de respeito à dignidade de vocês e de todos os brasileiros também. A segunda: na trilha do que a minha colega da Cáritas falou da campanha com relação à viagem do Papa Francisco, na arquidiocese nós lançamos, ontem à noite, numa celebração, uma convocação para que todos os católicos, nesta semana, abracem um imigrante. E o desafio fica lançado para nós. O acolhimento começa pelo abraço, e eu convoco todos nós, entre hoje e amanhã, saindo daqui, indo para rua, a abraçar um imigrante. (Palmas.)

PRESIDENTE MARCELO SGARBOSSA (PT): Muito bem, Elton. A Sra. Maysar está com a palavra.

SRA. MAYSAR HASSAN ALI: Assim, até esqueci de comentar que tínhamos uma frente parlamentar de apoio a imigrantes e refugiados – durante quatro anos trabalhei nela. Através desse trabalho eu vi as dificuldades, realmente, pelas quais o imigrante passa. Eles nos chamavam pelas agressões do guarda municipal. Espero que esta audiência pública, como o Mor falou... Estou há quatro anos nisso, e a gente sempre faz audiências, faz pedidos e nada acontece – não é? Então, espero que, desta vez, seja bem enfatizado e nós realmente criemos políticas públicas para os imigrantes.

Bom, ela falou ali a respeito do Revalida. Realmente, o Revalida está difícil, eu passei por esse problema: meu genro veio lá da Palestina e ele teve que retornar, depois de um ano

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
004ª Audiência Pública 17JUN2019
.Pauta: Migração no Município de Porto Alegre

e meio, ele foi indeferido. Eu acho que, em qualquer país do mundo que você vá, você apenas faz uma prova e você pode trabalhar e usar o seu diploma naquilo que você estudou para a sua vida. Infelizmente, aqui, no Brasil, nós não temos isso. Então, muita gente que é bem formada, com seu diploma na mão, infelizmente ela não consegue trabalhar, não consegue usar por conta dessas políticas aqui do nosso Brasil que não valoriza isso.

E a respeito do trabalho deles também, a nossa comunidade palestina, durante o comércio, todos eles, muitos senegaleses foram contratados por palestinos e eles também, senegaleses, além de sofrerem preconceito de serem negros, eles também sofrem o preconceito de serem mulçumanos. Então, com toda essa minha demanda, durante todo esse trabalho, a gente conseguiu recolher muita coisa, muitos trabalhos para pode ajudar os imigrantes.

Eu espero que nasça, desta audiência público, algo importante, para que a gente possa levar adiante, porque até hoje é a comunidade civil que está carregando isso nas costas. Muito obrigada. (Palmas.)

PRESIDENTE MARCELO SGARBOSSA (PT): Então, vamos para encerramento. Vamos fazer uma foto, mas antes queria fazer uma última provocação. Eu acho que existem políticas públicas que dependem de recursos públicos, dinheiro, investimentos mesmo e existem políticas públicas que são baseadas na articulação política e no entendimento daquilo que se quer com aquele público específico. Então, enquanto a Maysar falava aqui, eu fiquei pensando e também fui muito provocado na fala do James. Eu fico pensando se não poderia a diretoria dos direitos humanos, só dando um exemplo, começar a pensar, já que temos inúmeros advogados, engenheiros arquitetos, professores, mesmo que os seus diplomas ainda não sejam reconhecidos, eles trazem uma expertise diferenciada. Eu sou da área jurídica, eu adoraria ouvir uma advogada venezuelana, ou haitiana para falar um pouco de direito comparado. Eu acho que o Sindicato dos Engenheiros do Rio Grande do Sul adoraria escutar uma fala de um engenheiro senegalês. E isso não requer dinheiro, mas articulação política. Requer, da parte do poder público, listar isso, selecionar e, talvez, oferecer lá para o Sindicato dos Engenheiros, para a OAB: “Olha, nós temos aqui 20 advogados senegaleses que estão dispostos a fazer aulas ou dar palestras”. Então, do ponto de vista das línguas, aí o universo é ainda maior. Hoje, um curso de língua inglesa

pág. 36

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
004ª Audiência Pública 17JUN2019
.Pauta: Migração no Município de Porto Alegre

custa, no mínimo, R\$ 350,00 por mês, uma vez por semana. As pessoas não fazem mais curso de línguas; eu adoraria que as minhas crianças pequenas fizessem francês, por exemplo, e inglês, como tem na escola, elas vão se virando com o que tem. Por que elas não fazem? Porque é muito caro. Então, eu fico pensando aqui se o Município não poderia recrutar esses professores das várias línguas e dizer: “Olha, a Prefeitura reconhece aqui, cadastrou esses professores de francês, espanhol, enfim, das inúmeras línguas desses imigrantes e refugiados, e eles estão dispostos a oferecer”. E aí, bom, é uma relação de negócio, mas a Prefeitura já oficializou isso e já disse reconhecer essas pessoas. Eu sei que existe uma relação trabalhista aí complexa no meio, mas estou só dando alguns exemplos de como fazer com que as culturas se entrelacem por necessidades concretas. Eu, por exemplo, acho que tem muitos pais que adorariam que seus filhos tivessem essa cultura mais internacional, com oficinas de conto de histórias; muitos pais, inclusive, pagam recreacionistas para os seus filhos, nos finais de semana. Então, há uma cadeia grande de oportunidades que não requer recursos públicos. Claro, foi colocado aqui que vai ser lançado o edital para o centro de referência, foi falado aqui das moradias, mas eu faria essa provocação final aqui, de pensarmos, em primeiro passo, essas ideias que eu apenas lancei aqui, que podem ser muito inocentes, façam parte de um diálogo permanente. Talvez não sejam essas ideias, sejam outras, mas eu estou lançando algumas aqui, mais a título de provocação e para dizer que não, necessariamente, precisemos sempre esbarrar na questão de recurso. O recurso faz parte, mas a articulação política e o reconhecimento talvez venham até antes. Como a nossa mestrandia falou, o que eles precisam é de acolhimento, eles não estão aqui pedindo roupa, comida – alguns sim, porque as necessidades são diferentes –, mas a maioria quer é reconhecimento. Então, acho que é isso que nós podemos fazer enquanto sociedade brasileira e poder público.

Então, desculpem a fala, eu deveria só coordenar a audiência e não fazer fala, mas não conseguimos, a militância é sempre mais forte. Então, obrigado a todos, convido para fazermos uma foto com esse banner bonito e fazermos o registro desta audiência. Obrigado. (Palmas.)

(Procede-se ao registro fotográfico.)

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
004ª Audiência Pública 17JUN2019
.Pauta: Migração no Município de Porto Alegre

PRESIDENTE MARCELO SGARBOSSA (PT): Estão encerrados os trabalhos desta audiência.

(Encerra-se a reunião às 21h47min.)